



AEROPORTO REGIONAL DE MARINGÁ

Diretoria Executiva do SBMG

Diretoria Administrativa do SBMG

Compras e Licitações do SBMG

Av. Dr. Vladimir Babkov, S/Nº, - Bairro Parque Industrial Mario Bulhões, Maringá/PR
CEP 87065-665, Telefone: (44) 3366-3847 - <https://www.aeroportomaringa.com.br/pt>

TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE

Terminais Aéreos de Maringá SBMG S.A. – Diretoria de Operações

2. BASE LEGAL:

Legislação aplicável: Lei Federal nº 13.303/16 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispositivos da Lei 14.133/21 que se referem à modalidade de licitação denominada Pregão; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal 1142/2019, Decreto 3.555/00, Regulamento de Licitações da SBMG S/A e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação e pelas condições do presente Edital.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

3.1. Modalidade de Licitação: A Terminais Aéreos de Maringá SBMG S.A. sugere, de acordo com a legislação vigente, a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo em vista tratar-se de bens de natureza comum cujos padrões de desempenho e qualidade serão objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Ainda, justifica-se a escolha da modalidade pregão, pelo contido na Lei 13.303/16, artigo 32, inciso IV, que recomenda a utilização da modalidade por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

3.2. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO.

4. MODO DE CONTRATAÇÃO

4.1. Contrato com vigência de 12 (doze) meses.

4.2. Poderá ser admitida a prorrogação contratual do item 2 (prestação de serviços) por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016.

5. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de implantação e manutenção de sistema automatizado de controle de acesso de veículos na via de entrada e saída do Aeroporto Regional de Maringá – SBMG, visando melhorar a organização do fluxo viário, aumentar a segurança patrimonial e

garantir maior controle sobre a circulação de veículos nas dependências aeroportuárias.

Considerando a movimentação diária de usuários, passageiros, prestadores de serviços e veículos, torna-se necessária a utilização de equipamentos adequados, como cancelas automáticas, terminais de controle, câmeras de leitura de placas e sistema de gerenciamento, permitindo o registro e monitoramento das entradas e saídas.

Assim, a contratação prevê o fornecimento e instalação dos equipamentos, bem como a manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico, atendendo aos princípios da eficiência e economicidade da Administração Pública.

6. DO VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

6.1. O valor máximo que a Terminais Aéreos de Maringá SBMG S.A. admite pagar no objeto desta licitação é **R\$ 301.069,62 (trezentos e um mil, sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos).**

7. DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração e manutenção de sistema automatizado de controle de acesso veicular, com fornecimento de equipamentos, incluindo cancelas automáticas, terminais de entrada e saída, sistema de pagamento, leitura de placas (LPR) e software de gestão, a ser implantado na via de acesso ao Aeroporto Regional de Maringá, conforme especificações detalhadas.

GRUPO 1- AMPLA CONCORRÊNCIA PARA EMPRESAS DE QUAISQUER PORTES

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Objeto	Valor unitário máximo	Valor total máximo
1	1	Unidade	Fornecimento, instalação e configuração de equipamentos de controle de acesso veicular. (Conforme Especificações detalhadas)	R\$ 243.301,74	R\$ 243.301,74
2	12	Mês	Serviços continuados de suporte técnico, manutenção e licenciamento de software do sistema de controle de acesso veicular. (Conforme Especificações detalhadas)	R\$ 4.813,99	R\$ 57.767,88
Valor total máximo					R\$ 301.069,62

Especificações Detalhadas

1. DOS EQUIPAMENTOS

A contratada deverá realizar a instalação permanente e o fornecimento dos equipamentos listados abaixo:

SUBITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO
ILHA DE ENTRADA		
1.1	02	Terminal de Entrada - Terminal 12,1" emissor de ticket controle entrada/passagem de veículos para estacionamento (com mini PC)

1.2	02	Cancela com braço sem iluminação comprimento adequado à área (até 3,5m)
1.3	04	Detector de massa metálica / veículo com 1 canal - tensão 12-24vac/dc
1.4	02	Detetor de Veículos com Looping para Motos
ILHA DE SAÍDA		
1.5	02	Terminal de Saída - Terminal 12,1" saída/passagem de veículos para estacionamento (com mini PC)
1.6	04	Cancela com braço sem iluminação comprimento adequado à área (até 3,5m)
1.7	06	Detector de massa metálica / veículo com 1 canal - tensão 12-24VAC/DC
PAGAMENTO		
1.8	02	Terminal de autoatendimento de compras e pagamento por meio de cartão - com Windows 10 iot - v4.0.1
CENTRAL DE GERENCIAMENTO		
1.9	01	Servidor de banco de dados com duplo HD
1.10	01	Micro computador gerenciador com Windows 10 ou superior.
1.11	01	Monitor Cristal Líquido LCD de 18,5" Polegadas
1.12	01	Conversor adaptado displayport VGA
CÂMERA DE PLACA		
1.13	04	Câmera IP Dome LPR - com fonte POE
1.14	04	Proteção metálica p/ câmera LPR dome p/ instalação em cancela
1.15	01	CPU para LPR para até 6 câmeras
NOBREAKS		
1.16	09	Nobreak 600KVA TS Mini
1.17	01	Nobreak 1200KVA TS Compact

DESCRIÇÃO DOS ITENS

ILHA DE ENTRADA

Subitem 1.1 – Terminal de Entrada

Equipamento eletrônico destinado ao controle automatizado de acesso de veículos, responsável pela emissão de tickets e interface com o usuário na entrada do estacionamento.

Características mínimas:

- Terminal de autoatendimento com display mínimo de 12,1 polegadas, tecnologia LCD ou LED, com proteção e visibilidade em ambiente externo;
- Estrutura em material adequada para uso externo (grau de proteção mínimo IP66);
- Sistema emissor de tickets com:
 - Impressora térmica integrada;

- Corte automático de papel;
- Capacidade para bobinas de alta autonomia;
- Dispositivo de solicitação de ticket iluminado e de alta durabilidade;
- Sinalização visual (LEDs) e/ou sonora para orientação do usuário;
- Interfone ou módulo de comunicação com central operacional;
- Integração com sistema central de controle de acesso;
- Mini PC embarcado com:
 - Processador compatível com operação contínua (mínimo padrão industrial);
 - Memória RAM mínima de 4 GB;
 - Armazenamento em SSD (mínimo 64 GB);
 - Interfaces de comunicação: Ethernet, USB;
- Sistema operacional compatível com o software de gestão do estacionamento;
- Capacidade de operação online e offline (com sincronização posterior);
- Alimentação elétrica compatível com a rede local (127/220V – 60Hz);
- Proteção contra surtos elétricos.

Subitem 1.2 – Cancela Automática com Braço

Equipamento eletromecânico destinado ao bloqueio e liberação da passagem de veículos.

Características mínimas:

- Cancela automática com acionamento eletromecânico ou brushless;
- Comprimento do braço de até 3,5 metros, adequado à largura da via;
- Tempo de abertura/fechamento ajustável;
- Estrutura robusta com pintura eletrostática anticorrosiva;
- Grau de proteção mínimo IP66 para uso externo;
- Braço reto sem iluminação;
- Sistema de detecção de obstáculos (anti-esmagamento);
- Encoder ou fim de curso para controle preciso de posição;
- Possibilidade de operação manual em caso de falha elétrica;
- Interface de comunicação com o sistema de controle de acesso;
- Alimentação elétrica 127/220V – 60Hz;
- Ciclo de operação intensivo;
- Compatibilidade com sensores de presença (loops indutivos).

Subitem 1.3 – Detector de Massa Metálica / Veicular

Equipamento eletrônico destinado à detecção da presença de veículos por meio de laços indutivos instalados no pavimento.

Características mínimas:

- Alta sensibilidade ajustável para diferentes tipos de veículos;

- Frequência ajustável para evitar interferência entre loops adjacentes;
- Tempo de resposta rápido para acionamento de dispositivos (cancelas);
- Compatível com cabos de loop instalados no pavimento.

Subitem 1.4 – Detector de Veículos com Looping para Motos

Sistema específico para detecção de veículos de pequeno porte, especialmente motocicletas, que possuem menor massa metálica.

Características mínimas:

- Sistema composto por:
 - Laço indutivo específico para alta sensibilidade;
 - Módulo detector compatível;
- Capacidade de detecção de motocicletas e veículos leves;
- Instalação embutida no pavimento (corte e selagem);
- Integração com sistema de controle de acesso e cancelas;
- Imune a interferências externas e variações ambientais;
- Alta confiabilidade para evitar evasão ou falhas operacionais.

ILHA DE SAÍDA

Subitem 1.5 – Terminal de Saída

Equipamento eletrônico destinado ao controle automatizado da saída de veículos, responsável pela validação de permanência, liberação de passagem e interface com o usuário na saída do estacionamento.

Características mínimas:

- Terminal de autoatendimento com display mínimo de 12,1 polegadas, tecnologia LCD ou LED, com proteção e visibilidade em ambiente externo;
- Estrutura em material adequada para uso externo (grau de proteção mínimo IP66);
- Sistema de leitura e validação de tickets com:
 - Leitor de código de barras e/ou QR Code;
 - Capacidade de leitura rápida e precisa mesmo em condições adversas.
- Possibilidade de integração com sistemas de pagamento automático e/ou validação prévia;
- Dispositivo de interação com o usuário (botão de acionamento ou leitura automática);
- Sinalização visual (LEDs) e/ou sonora para orientação do usuário;
- Interfone ou módulo de comunicação com central operacional;
- Mini PC embarcado com:
 - Processador compatível com operação contínua (mínimo padrão industrial);
 - Memória RAM mínima de 4 GB;

- Armazenamento em SSD (mínimo 64 GB);
- Interfaces de comunicação: Ethernet, USB;
- Sistema operacional compatível com o software de gestão do estacionamento;
- Capacidade de operação online e offline (com sincronização posterior);
- Alimentação elétrica compatível com a rede local (127/220V – 60Hz);
- Proteção contra surtos elétricos.

Subitem 1.6 – Cancela Automática com Braço

Equipamento eletromecânico destinado ao bloqueio e liberação da passagem de veículos na saída do estacionamento.

Características mínimas:

- Cancela automática com acionamento eletromecânico ou brushless;
- Comprimento do braço de até 3,5 metros, adequado à largura da via;
- Tempo de abertura/fechamento ajustável;
- Estrutura robusta com pintura eletrostática anticorrosiva;
- Grau de proteção mínimo IP66 para uso externo;
- Braço reto sem iluminação;
- Sistema de detecção de obstáculos (anti-esmagamento);
- Encoder ou fim de curso para controle preciso de posição;
- Possibilidade de operação manual em caso de falha elétrica;
- Interface de comunicação com o sistema de controle de acesso;
- Alimentação elétrica 127/220V – 60Hz;
- Ciclo de operação intensivo;
- Compatibilidade com sensores de presença (loops indutivos).

Subitem 1.7 – Detector de Massa Metálica / Veicular

Equipamento eletrônico destinado à detecção da presença de veículos na área de saída, por meio de laços indutivos instalados no pavimento, garantindo a liberação segura e o controle de passagem

Características mínimas:

- Alta sensibilidade ajustável para diferentes tipos de veículos;
- Frequência ajustável para evitar interferência entre loops adjacentes;
- Tempo de resposta rápido para acionamento de dispositivos (cancelas);
- Compatível com cabos de loop instalados no pavimento.

PAGAMENTO

Subitem 1.8 – Terminal de Autoatendimento para Pagamento

Equipamento eletrônico destinado à realização de pagamentos automatizados pelos usuários do estacionamento, permitindo a quitação de tarifas de forma autônoma por meio de cartão.

Características mínimas:

- Terminal de autoatendimento com interface amigável e intuitiva para o usuário;
- Estrutura robusta adequada para uso em ambiente interno ou semiaberto, com proteção contra vandalismo;
- Display com tamanho adequado para operação (mínimo recomendado de 15 polegadas), tecnologia LCD ou LED;
- Sistema de pagamento eletrônico com:
 - o Leitor de cartões com chip (EMV);
 - o Leitor de cartões por aproximação (NFC/contactless);
 - o Suporte a cartões de débito e crédito;
 - o Suporte a pagamento por PIX.
- Possibilidade de integração com adquirentes e gateways de pagamento homologados;
- Impressora térmica integrada para emissão de comprovantes;
- Leitor de código de barras e/ou QR Code para leitura de tickets;
- Sinalização visual e/ou sonora para orientação do usuário durante a operação;
- Integração com o sistema central de controle de acesso e gestão de estacionamento;
- Computador embarcado com sistema operacional Windows 10 IoT (versão 4.0.1 ou superior);
- Processador compatível com operação contínua;
- Memória RAM mínima de 4 GB;
- Armazenamento em SSD (mínimo 64 GB);
- Interfaces de comunicação: Ethernet, USB;
- Capacidade de operação online e offline (com sincronização posterior);
- Alimentação elétrica compatível com a rede local (127/220V – 60Hz);
- Proteção contra surtos elétricos.

Subitem 1.8.1 – Disponibilização de Pagamento via QR Code

Funcionalidade destinada a ampliar os meios de pagamento disponíveis ao usuário, permitindo a quitação da tarifa de estacionamento por meio de QR Code dinâmico associado ao ticket de estacionamento ou diretamente exibido no visor das cancelas de saída, dispensando a necessidade de utilização exclusiva do terminal de autoatendimento.

Características mínimas:

- Geração de QR Code dinâmico e único por transação, vinculado ao ticket ou à sessão de estacionamento do usuário;
- Possibilidade de impressão do QR Code no bilhete físico no momento da entrada ou durante a permanência;

- Alternativamente, disponibilização do QR Code diretamente no display da cancela de saída para leitura pelo usuário;
- Compatibilidade com pagamentos instantâneos via PIX, conforme padrões definidos pelo Banco Central do Brasil;
- Integração com o sistema central de gestão de estacionamento para validação automática do pagamento;
- Atualização em tempo real do status de pagamento, permitindo a liberação automática da saída após confirmação da transação;
- Interface clara e instruções visuais no visor da cancela ou no ticket, orientando o usuário quanto ao procedimento de pagamento;
- Registro e armazenamento das transações realizadas para fins de auditoria e conciliação financeira;
- Mecanismos de contingência para operação em caso de falhas de comunicação, com sincronização posterior;
- Conformidade com requisitos de segurança da informação e proteção de dados aplicáveis.

CENTRAL DE GERENCIAMENTO

Subitem 1.9 – Servidor de Banco de Dados

Equipamento destinado ao armazenamento, processamento e gerenciamento das informações do sistema de controle de acesso e estacionamento.

Características mínimas:

- Servidor dedicado para banco de dados;
- Sistema de armazenamento com **duplo HD** (configuração mínima em RAID 1 ou equivalente para redundância);
- Processador de desempenho compatível com operação contínua;
- Memória RAM mínima de 8 GB (recomendado 16 GB para melhor desempenho);
- Armazenamento com capacidade adequada ao volume de dados do sistema;
- Interfaces de rede Ethernet (mínimo 1 porta Gigabit);
- Sistema operacional compatível com o software de gestão;
- Recursos de backup e recuperação de dados;
- Operação contínua 24x7;
- Alimentação elétrica compatível com a rede local;
- Proteção contra falhas e integridade de dados.

Subitem 1.10 – Microcomputador Gerenciador

Equipamento destinado à operação, monitoramento e gerenciamento do sistema de controle de acesso e estacionamento.

Características mínimas:

- Microcomputador do tipo desktop corporativo;

- Sistema operacional Windows 10 ou superior;
- Processador compatível com aplicações de gerenciamento;
- Memória RAM mínima de 4 GB (recomendado 8 GB);
- Armazenamento em SSD (mínimo 120 GB);
- Interfaces de comunicação: Ethernet, USB;
- Placa de vídeo compatível com operação de monitor externo;
- Compatibilidade com o software de gestão do sistema;
- Capacidade de operação contínua;
- Alimentação elétrica padrão 127/220V – 60Hz.

Subitem 1.11 – Monitor LCD 18,5”

Equipamento destinado à visualização das informações do sistema de gerenciamento.

Características mínimas:

- Monitor com tela de 18,5 polegadas;
- Tecnologia LCD ou LED;
- Resolução mínima HD (1366x768) ou superior;
- Entradas de vídeo compatíveis (VGA, HDMI ou DisplayPort);
- Ajustes de brilho e contraste;
- Alimentação elétrica compatível com a rede local;
- Base com ajuste de inclinação;
- Compatibilidade com o microcomputador gerenciador.

Subitem 1.12 – Conversor DisplayPort para VGA

Equipamento destinado à adaptação de sinal de vídeo entre interfaces distintas, permitindo a conexão entre o microcomputador e o monitor.

Características mínimas:

- Conversor/adaptador de vídeo DisplayPort para VGA;
- Compatível com resolução mínima HD;
- Plug and play (dispensa instalação de drivers);
- Construção robusta para uso contínuo;
- Compatibilidade com os equipamentos fornecidos (microcomputador e monitor);
- Transmissão de sinal estável, sem perdas significativas de qualidade.

SISTEMA DE LEITURA DE PLACAS (LPR)

Subitem 1.13 – Câmera IP Dome LPR

Equipamento destinado à captura e leitura automática de placas de veículos (LPR – License

Plate Recognition), permitindo a identificação e controle de acesso integrado ao sistema de estacionamento.

Características mínimas:

- Câmera IP do tipo dome específica para LPR;
- Resolução adequada para leitura de placas em movimento (mínimo Full HD);
- Tecnologia de captura otimizada para reconhecimento de caracteres (OCR);
- Operação em diferentes condições de iluminação (dia/noite), com infravermelho integrado ou equivalente;
- Função WDR ou similar para compensação de iluminação;
- Lente adequada para distância e ângulo de leitura da via;
- Alimentação via PoE (Power over Ethernet);
- Interface de rede Ethernet;
- Compatibilidade com sistema de reconhecimento de placas (software LPR);
- Capacidade de operação contínua (24x7);
- Grau de proteção adequado para uso externo (mínimo IP66);
- Resistência a intempéries e variações climáticas;
- Integração com o sistema de controle de acesso e gestão de estacionamento.

Subitem 1.14 – Proteção Metálica para Câmera LPR Dome

Dispositivo destinado à proteção física da câmera LPR contra impactos, vandalismo e condições adversas, especialmente em instalações próximas às cancelas.

Características mínimas:

- Estrutura metálica robusta;
- Tratamento anticorrosivo (pintura eletrostática ou galvanização);
- Projeto compatível com câmeras dome LPR;
- Permitir instalação em estrutura de cancela ou suporte adjacente;
- Não interferir no campo de visão da câmera;
- Proteção contra impactos mecânicos e tentativas de vandalismo;
- Adequação para uso em ambiente externo;
- Facilidade de instalação e manutenção.

Subitem 1.15 – CPU para Sistema LPR (até 6 câmeras)

Equipamento destinado ao processamento das imagens capturadas pelas câmeras LPR, realizando o reconhecimento automático de placas e integração com o sistema de controle.

Características mínimas:

- Unidade de processamento dedicada ao sistema LPR;
- Capacidade de processamento simultâneo de até 6 câmeras;
- Processador de alto desempenho compatível com aplicações de vídeo e OCR;

- Memória RAM mínima de 8 GB (recomendado 16 GB);
- Armazenamento em SSD (mínimo 240 GB);
- Interfaces de rede Ethernet (mínimo 1 porta Gigabit);
- Sistema operacional compatível com o software LPR;
- Capacidade de operação contínua (24x7);
- Integração com sistema de controle de acesso e banco de dados;
- Suporte a registros, logs e armazenamento de eventos;
- Alimentação elétrica compatível com a rede local.

NOBREAKS

Subitem 1.16 – Nobreak 600 VA (TS Mini)

Equipamento destinado à proteção elétrica e garantia de funcionamento dos dispositivos em caso de falhas no fornecimento de energia.

Características mínimas:

- Nobreak com potência nominal de 600 VA;
- Tecnologia adequada para equipamentos eletrônicos sensíveis;
- Tensão de entrada compatível com a rede local (127/220V – 60Hz);
- Tensão de saída estabilizada;
- Tempo de autonomia compatível com a carga conectada;
- Proteção contra surtos, subtensão, sobretensão e curto-circuito;
- Bateria interna selada e recarregável;
- Indicação visual e/ou sonora de status operacional;
- Tomadas de saída compatíveis com os equipamentos;
- Rearme automático após retorno de energia;
- Equipamento do tipo TS Mini ou equivalente técnico.

Subitem 1.17 – Nobreak 1200 VA (TS Compact)

Equipamento destinado à proteção elétrica de maior capacidade, garantindo continuidade de operação para equipamentos críticos do sistema.

Características mínimas:

- Nobreak com potência nominal de 1200 VA;
- Tecnologia adequada para cargas críticas;
- Tensão de entrada compatível com a rede local (127/220V – 60Hz);
- Tensão de saída estabilizada;
- Tempo de autonomia compatível com os equipamentos conectados;
- Proteção contra surtos, subtensão, sobretensão e curto-circuito;

- Bateria interna selada e recarregável;
- Indicação visual e/ou sonora de status operacional;
- Tomadas de saída compatíveis;
- Rearme automático;
- Equipamento do tipo TS Compact ou equivalente técnico.

Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis entre si e com o sistema de gestão a ser implantado, devendo a CONTRATADA garantir a perfeita integração, instalação, configuração e operação assistida, conforme as condições deste Termo de Referência.

2. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços compreende a instalação, configuração, operação assistida e manutenção de todos os equipamentos e sistemas fornecidos, incluindo as licenças de software necessárias, devendo ser executada pela CONTRATADA de forma completa e integrada, contemplando, no mínimo, as seguintes atividades:

- Planejamento, organização e execução da instalação de todos os componentes físicos do sistema;
- Fornecimento de todos os materiais, insumos e cabearios necessários à plena instalação e funcionamento dos equipamentos;
- Configuração de softwares, parametrização do sistema e integração entre os componentes;
- Disponibilização de suporte técnico especializado;
- Execução de manutenção preventiva e corretiva;
- Atendimento a ocorrências críticas/emergenciais, com regime de sobreaviso 24 (vinte e quatro) horas por dia;
- Disponibilização de instrumentos, ferramentas e materiais consumíveis necessários à execução dos serviços de manutenção;
- Acompanhamento, monitoramento e avaliação contínua do desempenho do sistema.

Parágrafo único. Não estão incluídos no escopo da contratação os serviços de obra civil, os quais serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, incluindo adequações estruturais, infraestrutura física e quaisquer intervenções dessa natureza.

2.1 DAS MANUTENÇÕES

A CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção conforme descrito a seguir:

2.1.1 Manutenção Preventiva

Consiste na prestação de serviços técnicos programados com o objetivo de manter os equipamentos e sistemas em condições normais de operação, reduzindo riscos de falhas e paralisações.

- Deverá ser realizada, no mínimo, 01 (uma) visita mensal;
- Deverá contemplar inspeção, testes, ajustes, limpeza, verificação de componentes, conexões, fiações e demais elementos do sistema;

- Tem como finalidade prevenir a ocorrência de defeitos e garantir a continuidade operacional.

2.1.2 Manutenção Corretiva

Consiste na execução de serviços destinados à identificação, correção de falhas, reparos e substituição de peças e componentes defeituosos, visando o pleno restabelecimento do sistema.

- Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados;
- O atendimento deverá ser iniciado em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação da CONTRATANTE;
- Em casos de emergência, caracterizados por paralisação total ou parcial do sistema, o atendimento deverá ocorrer em até 02 (duas) horas;
- Os atendimentos emergenciais deverão ocorrer em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).

2.1.3 Sobreaviso Técnico

- A CONTRATADA deverá manter equipe técnica em regime de sobreaviso, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias do ano, inclusive finais de semana e feriados;
- O sobreaviso deverá garantir atendimento a manutenções corretivas não planejadas, visando restabelecer falhas ou corrigir desempenhos inadequados que comprometam a segurança e a operação do sistema.

2.1.4 Conserto e Substituição de Equipamentos

- Durante o período de garantia, os equipamentos fornecidos deverão ser reparados ou substituídos sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, exceto nos casos comprovados de mau uso;
- Após o término do período de garantia, a necessidade de substituição de equipamentos ou peças deverá ser avaliada caso a caso, mediante apresentação de cotações. Nessa hipótese, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir as peças ou serviços da CONTRATADA.

2.2 DAS LICENÇAS DE SOFTWARE

Licença(s) destinada(s) à operação completa do sistema automatizado de controle de acesso veicular, incluindo todos os módulos necessários ao funcionamento integrado dos equipamentos. A contratada deve fornecer todas as licenças necessárias para a operação de todo o sistema, mantendo-as sempre atualizadas.

Características mínimas:

- Licença de software abrangendo todos os módulos do sistema;
- Inclusão de licenças necessárias para:
 - Controle de acesso (entrada e saída);
 - Gestão de estacionamento¹;
 - Integração com terminais e cancelas;
 - Sistema de pagamento automatizado;
 - Sistema de leitura de placas (LPR);
- Licenciamento compatível com a quantidade de dispositivos e pontos de acesso instalados;

- Permitir operação simultânea dos equipamentos contratados;
- Interface de gerenciamento centralizado;
- Registro e armazenamento de eventos e transações;
- Geração de relatórios operacionais e gerenciais;
- Controle de usuários e níveis de acesso;
- Atualizações e suporte compatíveis com o período contratual;
- Compatibilidade com o ambiente operacional (servidor e estações);
- Operação em rede local e/ou ambiente web;
- Capacidade de operação contínua (24x7).

Observação:

A licença de software deverá incluir todas as licenças necessárias para o pleno funcionamento de todos os sistemas e equipamentos fornecidos, não sendo admitida a necessidade de aquisições adicionais para sua operação integral.

SOFTWARE – SISTEMA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO

Módulo de software destinado ao gerenciamento integrado das operações de estacionamento, contemplando o controle de acesso de veículos, gestão de tarifas, automação de processos operacionais, monitoramento em tempo real e integração com dispositivos e sistemas correlatos, proporcionando eficiência, rastreabilidade e segurança na operação.

Características mínimas:

- Controle automatizado de entrada e saída de veículos, com registro de data, hora e identificação do ticket;
- Integração com equipamentos de campo, incluindo cancelas, leitores de tickets (código de barras e/ou QR Code), terminais de autoatendimento e dispositivos de pagamento;
- Controle operacional das cancelas diretamente pelo software, permitindo abertura, fechamento, bloqueio e liberação remota, conforme regras configuradas;
- Automação do acionamento das cancelas, com base na validação de pagamento, leitura de ticket, identificação de usuário ou regras de negócio previamente parametrizadas;
- Cadastro e parametrização de tabelas de preços, incluindo tarifas por tempo, diária, mensalista, convênios e regras especiais;
- Gestão de usuários (mensalistas, credenciados, convênios), com cadastro, controle de acesso e histórico de utilização;
- Monitoramento em tempo real da ocupação do estacionamento;
- Interface administrativa web, com acesso controlado por níveis de permissão (operacional, gerencial e administrativo);
- Emissão de relatórios operacionais, financeiros e gerenciais, incluindo faturamento, fluxo de veículos, tempo de permanência e ocupação;
- Integração com sistemas de pagamento eletrônico;
- Integração com módulo fiscal para emissão de RPS e conversão em NFS-e;
- Registro e armazenamento de logs de operação para auditoria e rastreabilidade;
- Suporte à operação online e offline, com sincronização automática de dados em caso de falha de comunicação;

- Mecanismos de segurança da informação, incluindo controle de acesso, criptografia e proteção de dados;
- Parametrização de regras operacionais, como tolerâncias, isenções, validações e penalidades;
- Suporte à integração via API com sistemas externos (ERP, aplicativos, plataformas de mobilidade, entre outros);
- Compatibilidade com banco de dados relacional e armazenamento seguro das informações;
- Atualizações de software e suporte técnico, garantindo evolução contínua da solução;
- Interface amigável e responsiva, permitindo operação em diferentes dispositivos (desktop, tablet, etc.);
- Possibilidade de identificação veicular por meio de tecnologias complementares, como leitura de placas (LPR/OCR), quando aplicável;
- Controle financeiro integrado, com conciliação de pagamentos, fechamento de caixa e gestão de receitas;
- Geração de alertas e notificações operacionais em tempo real;
- Conformidade com a legislação vigente, incluindo normas fiscais e de proteção de dados (LGPD).

MÓDULO DE EMISSÃO DE RPS E INTEGRAÇÃO PARA NFS-e

Módulo de software destinado à gestão fiscal dos serviços prestados, contemplando a emissão de Recibo Provisório de Serviços (RPS), integração com o sistema da Prefeitura Municipal e conversão automática em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

Características mínimas:

- Geração automatizada de RPS a partir das transações realizadas no sistema de controle de acesso/estacionamento;
- Numeração sequencial e controle de RPS conforme legislação vigente;
- Armazenamento seguro dos RPS emitidos, com possibilidade de consulta, reimpressão e exportação;
- Integração nativa ou via API com o sistema da Prefeitura Municipal de Maringá para envio automático dos RPS;
- Conversão automática de RPS em NFSe, respeitando prazos e regras fiscais do município;
- Tratamento de contingência para emissão de RPS em caso de indisponibilidade do sistema da Prefeitura;
- Retorno automático do status das NFSe (autorizada, rejeitada, cancelada, etc.);
- Geração de arquivos e relatórios fiscais (XML, PDF ou equivalente);
- Permitir cancelamento e substituição de RPS/NFSe conforme legislação vigente;
- Integração com módulo financeiro/relatórios do sistema de gestão;
- Controle de logs de envio e processamento para auditoria;
- Interface de configuração para parametrização conforme exigências fiscais locais;
- Compatibilidade com certificado digital (quando exigido pela Prefeitura);
- Atendimento às normas da legislação tributária municipal vigente.

8. FORMA DE FORNECIMENTO

- a) Os produtos serão fornecidos pela contratada de forma integral, conforme solicitação, de acordo com a necessidade e critério da Terminais Aéreos de Maringá - SBMG S. A.
- b) O material descrito na solicitação será considerado entregue provisoriamente, após inspeção técnica, que ocorrerá no ato do recebimento do material. Posteriormente, o material será submetido à avaliação técnica final;
- c) A substituição do material que apresentar irregularidade, defeito de fabricação e/ou divergência com as especificações do fabricante do equipamento e/ou constantes no Edital e/ou neste Termo de Referência e/ou solicitação de materiais deverá ser providenciada pela CONTRATADA, em prazo nunca superior ao estipulado no **item 9** deste Termo de Referência.
- d) O material poderá ser devolvido, caso constatada qualquer irregularidade ou mesmo desacordo com o descrito no Edital e/ou neste Termo de Referência e/ou na solicitação. Nesse caso, o frete ficará por conta da CONTRATADA.

9. LOCAL DE ENTREGA

- a) O material deverá ser entregue no Aeroporto Regional de Maringá, localizado na Avenida Dr. Vladimir Babkov, nº 900 – Parque Industrial Mário Bulhões – Maringá (PR), mediante prévio agendamento com responsável pelo telefone (44) 3366-3838.

10. PRAZO DE ENTREGA

- a) O prazo máximo para entrega do material e instalação será de 65 (sessenta e cinco) dias e deve ser contado a partir do recebimento, pela CONTRATADA, da respectiva solicitação de material.
- b) O material entregue deverá estar acompanhado do respectivo documento fiscal, contendo os quantitativos efetivamente entregues.

11. GARANTIA

- a) Todos os equipamentos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de instalação.
- b) A garantia do sistema deverá englobar todas as falhas de peças e mão de obra de fabricação, bem como atendimento ON SITE, deslocamentos, peças, fretes e todas as demais despesas.
- c) Indicação de Assistência Técnica Autorizada que prestará o suporte técnico durante o período da garantia.
- d) Start-up (ativação): Até 24 (vinte e quatro) horas após abertura de chamado.
- e) Intervenção Técnica (reparo em garantia): Até 48 (quarenta e oito) horas após abertura de chamado.
- f) Os atendimentos para start-up (ativação) e/ou intervenção técnica (reparo em garantia) deverão ser realizados qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, e horário comercial e não comercial sem ônus qualquer para o Contratante.
- g) Todo material a ser fornecido deverá ser novo, com a embalagem original de fábrica lacrada, sendo que, em hipótese alguma a Terminais Aéreos de Maringá aceitará materiais reconicionados ou já utilizados anteriormente;

- h) A CONTRATADA deverá garantir que serão prontamente reparadas e substituídas, às suas próprias custas, todas as partes que acusarem defeitos ou quaisquer anormalidades de funcionamento, durante o período da garantia;
- i) Os serviços, materiais e transportes necessários à correção de anormalidades apresentadas correrão por conta da CONTRATADA;
- j) A Terminais Aéreos de Maringá se reserva ao direito de exigir a substituição imediata de qualquer peça, componente e/ou acessórios fornecidos pela CONTRATADA, caso fique comprovada a ocorrência de índice de mau funcionamento devido a defeitos de fabricação durante a vigência da garantia.

12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

12.1 DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, emitida há, no máximo, **120 (cento e vinte) dias**;
- b) No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedade por ações, a ata registrada da assembleia de eleição da diretoria;
- d) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Ata, registrada na Junta Comercial, das assembleias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor e ata de eleição dos administradores em exercício, no caso de cooperativas;

Justificativa: Os documentos são relevantes para a verificação da regularidade jurídica dos licitantes e do enquadramento de suas atividades ao objeto do certame.

12.2 DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;
- b) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de **Certidão (Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa) Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de **Certidão (Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa)** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal (Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa)**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, **(Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa)** nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

I - Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

II - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Justificativa: A regularidade fiscal tem como objetivo garantir a execução do contrato e atender os valores da probidade com a Administração Pública.

12.3 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, da data da abertura deste pregão;
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.;

b.1) Entende-se por “boa situação financeira”

i. Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação no prazo de 12 meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social. OU a comprovação dos seguintes índices:

ii. ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE [$LC = AC/PC$] igual ou superior a 1 (um inteiro), em que

LC = Índice de Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

iii. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL [$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$] igual ou superior a 1 (um), em que:

LG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

iv. GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL [GEG = (PC + ELP) / (AT)] menor ou igual a 1 (um inteiro), em que:

GEG = Grau de Endividamento Geral

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

b.2) Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão “apresentadas na forma da Lei” nas seguintes situações e condições:

- I. As Demonstrações Contábeis devem conter o Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado;
- II. As empresas que publicam suas Demonstrações Contábeis na imprensa Oficial poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- III. As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital, tais como: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Recibo de entrega do livro digital;
- IV. As empresas constituídas no Exercício em curso deverão enviar cópia do último Balancete de Verificação, devidamente assinado pelo Profissional Contábil e Representante Legal da Empresa;
- V. Até 30 de abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- VI. Para as empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), fica prorrogado até o dia 30 de junho a aceitabilidade das Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado;
- VII. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa;
- VIII. Serão aceitos balanços intermediários a fim de comprovar as exigências do item “IV”, desde que haja previsão desta modalidade no Contrato Social;
- IX. As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

Justificativa: A qualificação econômico-financeira é necessária devido à complexidade do objeto, que exige investimentos iniciais relevantes e capacidade para manter serviços contínuos por 12 meses. A exigência visa garantir que a empresa tenha solidez financeira para executar o contrato sem riscos de interrupção ou inadimplência.

12.4 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado(s) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) que a empresa licitante tenha fornecido e instalado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, a saber:

- Fornecimento e instalação de, no mínimo, 01 (uma) unidade de sistema de controle de acesso veicular, contemplando cancelas automáticas, LPR (leitura de placas) e software de gestão, instalado em ambiente corporativo, industrial ou institucional;

b) Comprovante de registro da empresa licitante no respectivo Conselho de Classe competente, válido até a

data da apresentação da proposta;

- c) Indicação de responsável técnico, mediante apresentação de Comprovante de registro do profissional no conselho de classe competente, em situação regular na data da apresentação da proposta.
- d) Comprovante de vínculo empregatício entre a empresa licitante e o profissional indicado como responsável técnico, os quais não poderão ser substituídos sem autorização/anuência da Contratante, que poderá ser através de:

- d.1)** Apresentação de vínculo trabalhista (registro em carteira de trabalho e previdência social – CTPS e ficha de empregado) em sendo o profissional empregado da proponente ou;
- d.2)** Apresentação de contrato social, em sendo o profissional integrante do quadro societário da proponente ou;
- d.3)** Apresentação de contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e a proponente, e/ou
- d.4)** Apresentação de declaração de disponibilidade pelo licitante, desde que conste com a anuência formal do profissional indicado e, em caso de a licitante sagrar-se vencedora deverá apresentar um dos documentos elencado acima nos subitens d.1., ou d.2., ou d.3. como condição para assinatura do contrato, sob pena de inabilitação

Justificativa: A exigência de atestado de capacidade técnico-operacional visa assegurar que a empresa licitante possua experiência prévia na implantação, fornecimento e manutenção de sistemas integrados de controle de acesso veicular, compatíveis com o objeto da presente contratação.

O sistema a ser implantado no Aeroporto Regional de Maringá compreende um conjunto de soluções tecnológicas interdependentes, incluindo cancelas automáticas, sensores veiculares, câmeras de leitura de placas (LPR), terminais de autoatendimento, servidores e software de gerenciamento, os quais operam de forma integrada e contínua, sendo essenciais para o controle, rastreabilidade e segurança do fluxo de veículos em área aeroportuária.

Considerando que o ambiente aeroportuário exige elevado nível de confiabilidade operacional, disponibilidade dos sistemas e resposta rápida a falhas, torna-se imprescindível que a empresa contratada demonstre experiência prévia na execução de serviços com características técnicas similares, especialmente no que se refere à instalação, configuração, integração e manutenção de sistemas automatizados de controle de acesso.

A comprovação de aptidão técnica, por meio de atestados, tem por objetivo mitigar riscos operacionais, garantir a continuidade dos serviços e assegurar que a futura contratada detenha capacidade técnica compatível com a complexidade do sistema a ser implantado, em observância aos princípios da eficiência, segurança e continuidade dos serviços públicos.

Adicionalmente, a exigência de registro da empresa e de seu responsável técnico junto ao Conselho de Classe responsável justifica-se em razão da natureza dos serviços envolvidos, que incluem atividades técnicas relacionadas à instalação de equipamentos eletroeletrônicos, sistemas de automação e infraestrutura associada, demandando responsabilidade técnica formalmente habilitada.

Dessa forma, as exigências estabelecidas mostram-se proporcionais, pertinentes e diretamente relacionadas ao objeto da contratação, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para garantir a adequada execução contratual e a segurança das operações aeroportuárias.

12.5 VISITA TÉCNICA

- a) Atestado de visita passado pela SBMG S/A, em nome da licitante, de que esta, através de representante, visitou o local objeto da licitação, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na prestação dos serviços, bem como que teve conhecimento dos detalhes e condições de atendimento; **ou**
- b) Declaração (**anexo**) emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto e

que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza da concessão, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará desta para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.

- c) Quando da visita técnica, a SBMG, emitirá documento comprovando que a licitante enviou representante, o qual deverá ser anexado junto com os demais documentos sob pena de **inabilitação**.
- d) Para a visita ao local, a licitante deverá procurar a Diretoria de Operações do Aeroporto, das 9h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h:00, de segunda a sexta-feira, (dias úteis) até o dia útil anterior à data da abertura do pregão, podendo ser agendado através do telefone (44) 3366-**3838** (44) 3366-**3832**, (Sr. Murilo ou outro servidor designado), o qual emitirá declaração de visita que deverá ser anexado junto com os demais documentos.

12.6 DECLARAÇÕES:

- a) Declaração unificada conforme modelo **(ANEXO)**
- b) Declaração responsabilidade por danos **(ANEXO)**
- c) Declaração de visita técnica **(ANEXO)**

13 DA PROPOSTA:

- 13.1** No valor global da proposta apresentada deverão estar inclusos os Impostos, fretes, encargos sociais e trabalhistas, materiais, insumos diversos, máquinas e equipamentos e demais despesas pertinentes à prestação do serviço, bem como aquelas decorrentes de eventuais substituições do(s) mesmo(s).
- 13.2** O valor máximo da Licitação foi fixado de acordo com os parâmetros estabelecidos em planilha anexa a este processo, devendo ser respeitados os valores máximos de cada item, e todos os que forem propostos acima deles serão desclassificados. As propostas serão analisadas em conformidade com estabelecido na Lei Federal 13.303/2016.
- 13.3** A licitante deverá informar na sua proposta de preços, a especificação técnica completa, marca e modelo do produto ofertado em conjunto com o *datasheet / ficha técnica* do equipamento.
- 13.4** A licitante deverá informar os valores unitários e totais de cada item e subitem, de acordo com o modelo de proposta, anexo ao edital.

14 DO CONTRATO - Direitos e Obrigações da Contratante e da Contratada:

14.1 Da Contratante:

- 14.1.1** Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pela compra, após aprovação do fiscal do contrato.
- 14.1.2** Os produtos e os serviços serão conferidos e analisados por funcionário da TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S.A. ou por profissionais por esta contratado, tomando como base as especificações técnicas em anexo.

14.2 Da contratada:

- 14.2.1** Obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela

assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção.

14.2.2 Não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.

14.2.3 Responsabiliza-se por todos os danos e prejuízos causados a terceiros, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade civil ou ressarcimento de eventuais despesas.

14.2.4 A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente prestação de serviço junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de quaisquer responsabilidades perante os mesmos.

14.2.5 Fornecer a CONTRATANTE, os dados técnicos de seu interesse e todos os elementos e informações necessários, quando solicitados;

14.2.6 Caberá à CONTRATADA responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação;

14.2.7 Realizar, quando necessário, o cadastro no SISCAER/PF e demais procedimentos de credenciamento no Aeroporto para emissão do crachá para ingresso em locais de área controlada e restrita.

14.2.8 Solicitar à CONTRATANTE, através de ofício devidamente motivado, a celebração de aditivos, respeitando o disposto no Art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

15 DAS PENALIDADES:

Além das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/16 e Regulamento de Contratos SBMG, a CONTRATADA ficará sujeita as sanções abaixo estabelecidas:

15.1 O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA ensejará, garantindo a prévia defesa, a aplicação das seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;

c) responder por perdas e danos, ocasionados ao SBMG/Contratante, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

15.2 No processo de apuração de faltas cometidas pela proponente ou CONTRATADA, é assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, ficando estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa prévia, contados da respectiva intimação.

15.3 O valor da multa aplicada à CONTRATADA será automaticamente descontado do montante a que teria direito. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

15.4 Configura-se falta grave, passível de rescisão contratual por inexecução contratual, sem prejuízo de outras previstas na Lei 13.303/16, atrasos injustificados no cumprimento do objeto contratual, mediante apuração.

15.5 A licitante que praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo ou atos ilegais visando frustrar os objetivos da licitação, fraudar qualquer documento, retirar sua proposta de preços após conhecer os preços das demais licitantes, ou ainda demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Município de Maringá, em virtude de quaisquer outros atos ilícitos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, estará sujeita às penalidades previstas no subitem precedente e outras que couberem.

15.6 Serão aplicadas as sanções previstas na Lei 13.303/2016 à licitante que:

- i. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- ii. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- iii. afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- iv. fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- v. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- vi. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

15.7 Pelo atraso no início da execução dos serviços e garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor anual do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 15.1;
- b. A partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso no início da execução do serviço, se injustificado, ficará configurada a inexecução total do serviço e a Administração poderá aplicar a contratada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

15.8 O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver.

15.9 A aplicação das sanções administrativas, inclusive as cláusulas penais, não exime a contratada da responsabilidade civil e penal a que estiver sujeita.

15.10 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, previstas no contrato subsequente a esta contratação e na legislação vigente.

15.11 Quando a proponente não mantiver a sua proposta, apresentar documento e/ou declaração falsa em qualquer fase do procedimento licitatório, deixar de apresentar documento na fase de saneamento, ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa compensatória de 2% e cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas na Lei 13.303/16.

15.12 A desistência ou abandono contratual configuram infrações contratuais, e serão punidas com as penalidades constantes neste termo de referência.

15.13 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, além das multas previstas nos incisos anteriores, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado do cadastro de fornecedores da Terminais Aéreos de Maringá – SBMG S/A.

16 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

16.1 Os pagamentos referentes ao **item 1 (Fornecimento e instalação de equipamentos e softwares de controle de acesso veicular)** será realizado da seguinte forma:

- a) 20% após assinatura do contrato e emissão de ordem de compra
- b) 40% em até 10 dias após a instalação dos equipamentos
- c) 40% em até 40 dias após a instalação dos equipamentos

16.2 O pagamento referente ao **item 2 (Prestação de Serviços e licenças de software)**, será realizado mensalmente, após a instalação dos equipamentos, mediante emissão de nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

16.3 Quando da efetivação da prestação dos serviços, o fornecedor deverá descrever os serviços prestados na Nota Fiscal

16.4 A nota fiscal de prestação de serviços com retenção de impostos deverá ser emitida até o 5º (quinto) dia útil posterior ao mês de prestação de serviços e seu respectivo pagamento deverá ocorrer até o 25º dia do mês da emissão;

16.5 As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seus vencimentos correrão 20 (vinte) dias após a data de sua reapresentação.

16.6 O CNPJ da CONTRATADA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada nos documentos de habilitação.

16.7 Na eventualidade de aplicação de multas à CONTRATADA, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

16.8 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela SBMG, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira pelo Índice de Preços do Mercado (IGPM), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo Pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16.9 A SBMG fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos

exigidos em lei.

17 DO REAJUSTE

Por ocasião do pleito de reajuste, a CONTRATADA deverá observar o seguinte:

17.1 Quanto ao **suporte e manutenção mensal**, poderão ser efetuados aditivos contratuais/ prorrogações, conforme necessário;

17.2 O preço contratual poderá ser revisado, com periodicidade mínima de 01 (um) ano utilizando para tal a data de assinatura do contrato.

17.3 Valor será reajustado conforme índice, estabelecido, tomando-se por base a variação do IPCA, INPC-IBGE ou outro índice que o venha substituir no período;

17.4 Caso a CONTRATADA não requeira o reajuste e/ou não comprove o desequilíbrio contratual tempestivamente e seja prorrogado o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar;

17.5 O novo pedido de reajuste poderá ser concedido depois de decorrido doze meses do último reajuste ou da data de indenização, conforme o caso;

17.6 A CONTRATADA ainda deverá observar o seguinte:

a) Demonstração de desequilíbrio, ou reajuste dos preços dos insumos a serem utilizados, ou ainda do aumento de equipamentos a serem feitos as manutenções, além daqueles constantes no processo, com a apresentação de planilhas de custos: uma do tempo atual e outra da época da proposta;

b) Comprovação dos valores dos itens a serem revisados, feita através de diversos meios (cópias de notas fiscais, revistas, periódicos, órgãos públicos, etc), devendo haver compatibilidade e veracidade das informações apresentadas.

c) A SBMG poderá também propor a revisão de preços à CONTRATADA, desde que se faça necessário recompor a equação do contrato em favor da Administração, para adequá-lo às reais condições ajustadas inicialmente.

d) Dar-se-á, de pleno direito, independente da lavratura de Termo Aditivo ao Contrato, a redução da periodicidade de reajuste, quer por Ato do Poder Executivo ou por dispositivo legal.

18 Gerência e Fiscalização do Contrato:

18.1 A fiscalização do processo ficará a cargo de:

	Nome	Cargo/Função
Titular	MURILO JORDAN F. MARTINS	DIRETOR DE OPERAÇÕES
Suplente	FERNANDO MORAIS	COORDENADOR DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL

19 Telefones para Informações: (44) 3366-3838 - Falar com Sr. Murilo Martins.

20 Responsáveis pela Elaboração e Conferência do Termo de Referência.

Murilo Jordan F. Martins

Responsável pela Elaboração do Termo de
Referência

Fernando A. P. de Moraes

Responsável pela Conferência do
Termo de Referência

Maringá – PR, 30 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antonio Pires de Moraes, Coordenador(a) de Segurança AVSEC**, em 04/05/2026, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Murilo Jordan Fernandes Martins, Diretor(a) de Operações Aeroportuária**, em 04/05/2026, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8537047** e o código CRC **DA5A63D5**.

Referência: Processo nº 41.12.00000068/2026.64

SEI nº 8537047